

AVALIAÇÃO INTEGRADA DO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM: PROPOSTA PARA OS CURSOS DE FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

*Rebeka Cristiny Barbosa de Santana¹
Cássia Jamilly Barbosa de Santana²
Naara Shirley Barbosa de Santana³*

RESUMO

A transversalidade e interdisciplinaridade constituem abordagens pedagógicas incentivadas nas ações formativas dos profissionais de segurança pública no contexto da Matriz Curricular Nacional, de forma a orientar as ações desenvolvidas nos cursos de formação dos policiais militares e dos demais agentes de segurança pública, inclusive no que tange ao processo avaliativo. O artigo possui como pergunta de pesquisa: como implementar a transversalidade e a interdisciplinaridade na avaliação do processo de ensino-aprendizagem na formação policial militar? Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, operacionalizada por meio do levantamento documental, com dados analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temática. Os resultados apontam que a avaliação integrada se apresenta como proposta de combinação de métodos avaliativos e construção de questões integralizadoras para analisar a apreensão do conteúdo por parte do aluno, nos campos cognitivos, afetivos e atitudinais, de forma a atender os aspectos da interdisciplinaridade e da transversalidade. O desafio na implementação da avaliação integrada nos cursos de formação policial militar está situado na compreensão da integralidade dos conhecimentos necessários para o exercício da atividade policial militar.

Palavras-chave: Formação Policial Militar; Interdisciplinaridade; Transversalidade; Avaliação Integrada; Ensino-Aprendizagem.

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Major da Polícia Militar de Pernambuco.

² Especialista em Direito Militar pela Universidade Cândido Mendes. Bacharel em Direito pela Faculdade de Igarassu. Aspirante da Polícia Militar de Pernambuco.

³ Especialista em Gestão Pública e em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes. Bacharel em Administração pela Universidade de Pernambuco. Bacharel em Direito pela Faculdade de Igarassu.

**INTEGRATED ASSESSMENT OF THE TEACHING-LEARNING
PROCESS: PROPOSAL FOR MILITARY POLICE TRAINING
COURSES**

ABSTRACT

Transversality and interdisciplinarity constitute pedagogical approaches encouraged in the training actions of public security professionals in the context of the National Curricular Matrix, in order to guide the actions developed in the training courses of the military police and other public security agents, including with regard to the evaluation process. The article has as a research question: how to implement transversality and interdisciplinarity in the evaluation of the teaching-learning process in military police training? It is a qualitative approach research, operationalized through documental survey, with data analyzed using the thematic content analysis technique. The results show that the integrated assessment presents itself as a proposal for combining assessment methods and the construction of integral questions to analyze the student's understanding of the content, in the cognitive, affective and attitudinal fields, in order to meet the aspects of interdisciplinarity and transversality. The challenge in implementing integrated assessment in military police training courses lies in understanding the comprehensiveness of the knowledge necessary for the exercise of military police activity.

Keywords: Military Police Training; Interdisciplinarity; Transversality; Integrated Assessment; Teaching-Learning.

Artigo Recebido em 01/07/2022 e Aceito em 18/08/2022

1. INTRODUÇÃO

A necessidade do combate efetivo à violência e à criminalidade coloca em posição central os debates acerca da segurança pública no Brasil, seja no contexto de grandes conglomerados urbanos ou no âmbito de pequenas localidades. Sendo assim, a formação dos profissionais responsáveis pela preservação da ordem pública e pela incolumidade das pessoas e do patrimônio é ponto de partida para a melhoria do serviço público prestado e para o aumento da sensação de segurança da população, pois os ingressantes das fileiras das organizações de segurança pública necessitam desenvolver a capacidade de mobilizar e integrar na prática laborativa o conjunto de conhecimentos, saberes, recursos e habilidades especializadas para garantir a efetividade dos direitos e garantias individuais (BOLSONARO; VILARINHO; HAMADA, 2021).

No intuito de orientar as ações formativas dos profissionais que integram as polícias militares, polícias civis e os corpos de bombeiro militar, foi instituída pelo governo federal a Matriz Curricular Nacional. A Matriz constitui referencial teórico-metodológico no processo contínuo de desenvolvimento de competências capazes de preparar as pessoas para responderem aos desafios e às exigências sociais do campo da segurança pública (CORDEIRO; GIMENEZ, 2014). Dentre os pontos norteadores da ação formativa estão a interdisciplinaridade e a transversalidade, compreendidas como dimensões metodológicas eficazes para construção de uma visão sistêmica e crítica sobre a realidade que cerca os policiais militares, por permitir que as áreas temáticas e os eixos articuladores sejam trabalhados de forma sistêmica a partir da interrelação dos campos de conhecimento (BRASIL, 2014, FERREIRA, SOBRINHO, 2017).

A polícia militar, de forma específica, é responsável constitucionalmente pela realização do policiamento ostensivo fardado e pela preservação da ordem pública, além de constituir força auxiliar e reserva do Exército (BRASIL,

1988). A qualidade do processo de ensino-aprendizagem no âmbito dos cursos de formação destinados à sedimentação de saberes e competências associadas ao campo da defesa social e à preparação de oficiais e praças contribui positivamente no exercício das funções constitucionais, pois constrói o arcabouço cognitivo, operativo e atitudinal necessário para a execução das tarefas realizadas na atividade policial militar (MÉNDEZ, 2002).

No contexto formativo policial militar, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem constitui mecanismo que serve como elo entre os conteúdos trabalhados no transcorrer dos cursos e a prática cotidiana da atividade policial militar. Assim, o instrumento avaliativo precisa estimular a aquisição de conhecimento teórico, bem como habilidades específicas e elementos de ordem afetiva, como as atitudes frente aos inúmeros aspectos da prática profissional (LUCKESI, 2011, ALMEIDA, 2015). Todavia, os estudos realizados no contexto brasileiro apontam que a avaliação na formação policial tem sido aplicada como instrumento de medição do conhecimento e classificação entre os alunos, ao tempo em que simboliza exigência burocrática e institucional, deixando de servir de instrumento auxiliador do processo ensino-aprendizagem e desenvolvimento dos discentes (ALMEIDA, 2015, ALMEIDA 2017).

Os trabalhos acadêmicos centrados na temática da avaliação do processo ensino-aprendizagem no âmbito da formação policial militar são escassos e estão voltados à verificação da percepção dos atores envolvidos no processo pedagógico, professores e alunos (RIBEIRO et al, 2014, ALMEIDA, 2015, ALMEIDA, 2017). Fatores como a integralidade da avaliação, norteadas pela transversalidade e interdisciplinaridade, ainda carecem de estudos de aprofundamento. Sendo assim, o presente trabalho é norteadas pela seguinte pergunta de pesquisa: como implementar a transversalidade e a interdisciplinaridade no processo de avaliação do ensino e da aprendizagem na formação policial militar? Para ampliar o entendimento a respeito do tema, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, operacionalizada por meio dos levantamentos documental. Assim, o artigo está estruturado na

apresentação de conceitos acerca da formação policial militar e da avaliação na formação policial militar, indicação do trajeto metodológico do estudo, indicação e discussão dos resultados obtidos e considerações finais.

2. FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

As organizações policiais militares brasileiras possuem a função de proteger o cidadão, para tanto, os integrantes dessas forças de segurança atuam em contato direto com a população, impondo limites à liberdade (individual e coletiva) na medida necessária à salvaguarda e manutenção da ordem pública. As características da atividade laborativa e a proximidade com os transgressores da lei, resultam na alta taxa de mortalidade por violência e elevado risco de morte dos policiais militares (SOUZA; MINAYO, 2005, BATITUCCI, 2019). Assim, a formação policial militar precisa envolver a valorização de aspectos associados à integralidade dos componentes curriculares que buscam considerar as situações de risco e de exposição à violência a que esses profissionais estão submetidos cotidianamente (OLIVEIRA, FAIMAN, 2019).

A formação policial militar tem por objetivo capacitar os ingressantes nas instituições policiais militares para o desempenho de suas futuras funções, que necessitam ser exercidas em estreita observância aos direitos e deveres de todos os cidadãos, inclusive dos próprios agentes de segurança pública. Sendo assim, o estágio inicial da inserção do profissional na cultura organizacional da corporação deve prepará-lo para atuação responsável e consciente do papel social exercido (TAVARES, 2007). Nesse sentido, Couto e Luna (2018) defendem que o formato das instruções deve incentivar a capacidade reflexiva e preparar o policial militar em construção para atuar em situações complexas que estarão inseridas em sua atividade profissional. A ideia é que o processo de ensino-aprendizagem crie condições para o desenvolvimento de

competências e habilidades que favoreçam o perfil do profissional que seja capaz de:

[...] comunicar-se de forma efetiva; relacionar-se com a comunidade; mediar conflitos; atuar proativamente pautado nos princípios dos Direitos Humanos; administrar o uso da força; utilizar técnicas e tecnologias não letais; gerenciar crises; lidar com grupos vulneráveis; lidar com a complexidade, o risco e a Incerteza; utilizar tecnologias para planejar ações de prevenção; investigar crimes e solucioná-los; utilizar metodologias que possibilitem identificar problemas, bem como buscar, implementar e avaliar soluções (BRASIL, 2014, p. 15-16).

O alinhamento entre o exercício das atividades realizadas pelo policial militar, as competências profissionais dele exigidas e as ações formativas, perpassa pelo estabelecimento da interdisciplinaridade e transversalidade dos saberes construídos no transcorrer dos cursos de formação policial militar. A interdisciplinaridade é caracterizada pela abordagem que integra duas ou mais áreas do conhecimento em uma associação significativa para ampliar e enriquecer a aprendizagem, enquanto a transversalidade possibilita a sistematização de conhecimentos que permeiam a teoria e a prática e refletem na aprendizagem sobre a realidade (MODESTO, 2018, SANTOS, 2018).

O processo de formação profissional deve possibilitar o acesso aos conhecimentos teóricos e práticos necessários para que o policial formado possa exercer sua capacidade de compreensão, reflexão na ação e interpretação da realidade, respeitando os princípios, os direitos e os valores de uma sociedade democrática (PEREIRA, 2017). Neste contexto, há de se considerar o importante papel da avaliação da aprendizagem como garantidor da excelência na formação do profissional responsável pela manutenção da ordem pública e segurança da comunidade. Portanto, a complexidade que permeia o fazer policial militar fortalece, portanto, o uso da interdisciplinaridade e da transversalidade, como meio de estimular a construção de saberes que emergem da realidade e que perpassam por múltiplas áreas do conhecimento, no desenvolvimento das ações formativas, dentre as quais está a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

3. AVALIAÇÃO NA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

A avaliação constitui elemento integrante do processo didático de ensino-aprendizagem, ao lado do professor, do aluno, do contexto e do conhecimento, tais unidades devem interagir em simbiose para que possam contribuir de forma significativa no processo educativo dos futuros profissionais de segurança pública. A avaliação oportuniza o acompanhamento do desenvolvimento das ideias, dos conceitos e das aspirações dos discentes a fim de redirecionar o ensino para alcançar os objetivos pessoais e institucionais dos envolvidos (BALIEIRO, 2003, ALMEIDA, 2017).

De forma geral, a avaliação do processo ensino-aprendizagem tem se manifestado como uma exigência burocrática do sistema educacional, realizada de forma individual, com a função de classificar o aluno, de modo que se aproxima de uma visão utilitarista do processo ensino-aprendizagem (PERRENOUD, 1999). Todavia, a avaliação da aprendizagem pessoal acerca do conhecimento ou da habilidade está atrelada à análise dos parâmetros relacionados ao projeto político-pedagógico dos cursos de formação, pois o sentido da avaliação é cuidar da aprendizagem e facilitar a tomada de decisões no que tange aos processos educacionais (DEMO, 2005, ALMEIDA, 2015).

A avaliação integra a ideia de sociedade e deve atingir ao sistema formativo policial militar de maneira holística, uma vez que a atividade policial militar envolve o desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e atitudinais. A Matriz Curricular Nacional prevê em seu bojo a possibilidade de formular combinações de métodos de avaliação, acrescentando-lhes a necessária perspectiva formativa, que envolve a avaliação cognitiva, mas também a aquisição de habilidades psicomotoras, além do desenvolvimento do domínio afetivo-atitudinal e de valores éticos essenciais ao exercício profissional (BRASIL, 2014).

A avaliação integrada da aprendizagem, enquanto instrumento avaliativo, consiste em verificar o conhecimento adquirido pelo aluno sobre os assuntos tratados em todo o curso, considerados de forma global (FERREIRA, 2017; WOLLMANN, ZAMBON, 2017). Este tipo de avaliação tem sido gradativamente incluído no sistema educacional brasileiro, no intuito de promover a interdisciplinaridade e a transversalidade, pois utiliza a avaliação como elo entre as disciplinas que compõem os cursos de formação.

A avaliação integrada constitui maneira de repensar a condução da renovação do processo formativo policial militar, pois:

Esse instrumento buscaria consolidar a ideia de processo, de integração, de movimento, evolução e inovação, contrapondo-se à avaliação produtivista, estática e de meros resultados. Não se tratava simplesmente de constatar desempenhos de estudantes, mas de avaliar as grandes tendências curriculares, as dinâmicas formativas e as relações interdisciplinares de conjuntos de cursos que constituem as grandes áreas do conhecimento, como ciências humanas, exatas, tecnológicas e da saúde (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 212).

As avaliações integradas possuem aplicação a todos os alunos do curso, com nível e qualidade de questões direcionadas ao conhecimento dos alunos egressos, propiciando uma análise crítica contundente da qualidade do curso (MORGADO et al, 2012). Assim a ênfase das avaliações se posiciona na proximidade das questões com a execução da atividade profissional, de modo a potencializar o uso da interdisciplinaridade e transversalidade.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se caracteriza por seguir as premissas da pesquisa de abordagem qualitativa (CRESWELL, 2014). A coleta de dados ocorre por meio de pesquisa documental que contempla a Matriz Curricular Nacional – Para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública (BRASIL, 2014), apoiada na relevância do documento, na possibilidade de acesso na disponibilidade das informações (BAUER; AARTS, 2017).

A análise dos dados foi concretizada pelo uso da técnica de Análise de Conteúdo temática (BARDIN, 2011), na qual se procedeu a exploração do material textual, com a identificação da Malha Curricular para as ações formativas da Polícia Civil e Polícia Militar (Núcleo Comum) como elemento orientador da fase de codificação dos dados. Posteriormente, foi efetuada a categorização por meio do agrupamento dos códigos identificados por similaridade. Na etapa final, foi realizada a interpretação em busca de um padrão de categorias analíticas que possibilitassem as inferências do estudo acerca da possibilidade de implementação da avaliação integrada do processo de ensino-aprendizagem no âmbito da formação policial militar.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Matriz Curricular Nacional está posicionada enquanto ferramenta de gestão educacional e pedagógica, com ideias e sugestões que estimulam o raciocínio estratégico-político e didático-educacional necessários a reflexão e ao desenvolvimento das ações formativas dos integrantes das polícias militares do Brasil. Assim, não constitui manual que deve ser seguido à risca e sem reflexão por parte dos gestores educacionais, de modo a realizar as adequações à realidade vivida no contexto da segurança pública em cada ente federativo (COUTO; LUNA, 2018). O documento reflete, então, uma visão crítica da educação, comprometida com a concepção de que o profissional em formação é um ser que pensa, sente e age, situacionalmente.

A proposta de operacionalização da implementação do uso da Avaliação Integrada no âmbito da formação policial militar perpassa pela modulação das disciplinas que compõem a Malha Curricular para as ações formativas da Polícia Civil e Polícia Militar (Núcleo Comum), com a organização pautada em áreas temáticas de aprendizagem, as quais agregando disciplinas afins que interagem e relacionam-se umas com as outras, consolidando uma prática

pedagógica com visão holística, interdisciplinar e transversal (BRASIL, 2014). A proposta de Malha Curricular para as ações formativas da Polícia Civil e Polícia Militar (TABELA 1) é composta pelas disciplinas do núcleo comum e cujos conteúdos congregam os aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais, nas quais são indicadas as cargas-horárias mínimas a serem trabalhadas.

Tabela 1 – Malha Curricular para as ações formativas da Polícia Civil e Polícia Militar (Núcleo Comum)

ÁREAS TEMÁTICAS DA MATRIZ	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (908H)
ÁREA TEMÁTICA I		
Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Estado, Sociedade e Segurança pública	12h
	Sistema de Segurança Pública	12h
	Fundamentos da Gestão Pública	12h
	Gestão Integrada e Comunitária	12h
		60h
ÁREA TEMÁTICA II		
Violência, Crime e Controle social	Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade	30h
	Criminologia Aplicada à Segurança Pública	24h
		54h
ÁREA TEMÁTICA III		
Conhecimentos Jurídicos	Direitos Humanos	18h
	Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	54h
		72h
ÁREA TEMÁTICA IV		
Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	18h
	Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	12h
	Análise de Cenários e Riscos	12h
	Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	18h

Revista FLAMMAE

Revista Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco
Artigo Publicado no Vol.08 N.23 – Edição Especial II de 2022 - ISSN 2359-4829
Versão on-line disponível em: <http://www.revistaflammae.com>

ÁREA TEMÁTICA V			
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Interpessoais	24h	
	Saúde e Segurança aplicadas ao Trabalho	12h	
	Educação Física 1	120h	
		166h	
ÁREA TEMÁTICA VI			
Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação	26h	
	Documentação Técnica	12h	
	Telecomunicações	20h	
	Tecnologias e Sistemas informatizados	20h	
	Gestão da Informação	20h	
	Inteligência de Segurança Pública	16h	
	Estatística aplicada à Segurança Pública ¹	20h	
	Introdução à Análise Criminal	24h	
		158h	
ÁREA TEMÁTICA VII			
Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania	12h	
	Diversidade Étnico-sociocultural	14h	
	Identidade e Cultura da Organização Policial	20h	
	Ordem Unida	20h	
		66h	
ÁREA TEMÁTICA VIII			
Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Abordagem	60h	
	Preservação e Valorização da Prova	12h	
	Atendimento Pré-Hospitalar	24h	
	Uso Diferenciado da Força ¹	20h	
	Defesa Pessoal Policial	40h	
	Armamento, Munição e Tiro	110h	
	Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algemas	16h	
		282h	

Fonte: BRASIL, 2014.

A análise da Tabela 1 aponta que a Malha Curricular foi organizada com base em oito áreas temáticas: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública, Violência, Crime e Controle social, Conhecimentos

Jurídicos, Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos, Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador, Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública, Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva, Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

As áreas temáticas são destinadas a acolher um conjunto de áreas de conhecimentos que serão tratados nos currículos dos cursos de formação e capacitação e devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da área de segurança pública e a sua capacitação para o exercício da função. Além disso, designam os espaços específicos da construção dos currículos a serem elaborados pelas instituições de ensino de segurança pública, em conformidade com os interesses, peculiaridades e especificidades de cada local ou região.

As disciplinas que integram cada área temática do núcleo comum de disciplinas da malha curricular e a carga horária mínima a ser destinada a cada uma delas para que o conhecimento seja construído estão expostas na Tabela 1, de modo que a quantidade de mínima de horas para formar um policial militar é de novecentas e oito horas aulas, sem nenhum óbice ao complemento do currículo de forma a atender às demandas locais (FERREIRA, SOBRINHO, 2017).

A Avaliação Integrada se apresenta como proposta de combinação de métodos avaliativos e construção de questões integralizadoras para analisar a apreensão do conteúdo por parte do aluno, não apenas na área cognitiva, mas também nos campos afetivos e atitudinais, de forma a atender os aspectos da interdisciplinaridade e da transversalidade dos conteúdos (re) organizados e trabalhados no transcorrer dos cursos de formação policial militar. A proposta de questões parte de uma equipe multidisciplinar formada pelos instrutores das disciplinas pertencentes a cada módulo de conteúdo a ser aplicada a todos os alunos do curso, propiciando uma análise crítica contundente da qualidade do curso e do poder de capacitar integralmente os futuros policiais militares para o exercício laboral (MORGADO *et al*, 2012, SANTOS, 2018).

A frequência das avaliações integradas pode ser estabelecida tanto pelo marcador temporal, quanto pelo conteúdo estudado, de modo a manter os alunos em constante observância dos assuntos do curso. Sendo assim, a avaliação de cada módulo precisa ser elaborada a partir do “tema integrador”, definido no início do processo de ensino-aprendizagem, pelos professores de cada área. A partir desse tema, são construídas as questões que abordem os temas transversais do módulo, as quais são aglutinadas na mesma avaliação a ser realizada num mesmo momento (WOLLMANN, ZAMBON, 2017).

A avaliação integrada compõe o conjunto de ferramentas de aperfeiçoamento do sistema de avaliação nos cursos de formação policial militar. Dentre os pontos positivos para adoção como ação formativa está a integralização dos conteúdos estudados no transcorrer do curso, bem como a aproximação da realidade da profissão, que é cobrada por respostas rápidas e dentro de parâmetros técnicos e éticos. Enquanto os pontos desafiadores ficam por conta da necessidade de um repensar sistêmico da aprendizagem profissional com o envolvimento de todos os atores do processo ensino-aprendizagem, desde os gestores, até o próprio aluno. O corpo docente e o administrativo devem estar imbuídos para que avaliação integrada possa deixar de ser mera teoria e se torne uma prática, visando à difusão da doutrina junto ao corpo discente, para tanto a capacitação de docentes, coordenadores e corpo administrativo é primordial.

Portanto, a opção por não considerar a avaliação como um processo cíclico, imediato e capaz de apontar novos caminhos durante a própria realização do curso impossibilitam mudanças importantes para a melhoria da formação dos policiais militares. Os reflexos da negligência do ato avaliativo são sentidos pela sociedade e pela corporação que recebem os novos integrantes com lacunas na formação que, talvez, pudessem ter sido facilmente resolvidas com pequenos ajustes. A avaliação integrada prioriza a natureza formativa, voltada para a atribuição de juízos de valor e de mérito, buscando

aumentar a qualidade do ensino. Todavia, não há impeditivo para o seu uso de maneira somativa.

A avaliação integrada constitui recurso para a gestão no sentido de repensar a condução da renovação do conhecimento, mas não pode ser apresentada por si só como responsável pela mudança do sistema formativo policial militar como um todo. Neste sentido, a avaliação deve refletir a concepção de educação integrada e a ideia relacional da segurança pública, na qual as mudanças atingem o sistema de maneira holística.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação policial militar constitui desafio contínuo. Assim, a melhoria e aperfeiçoamento das fases do processo ensino-aprendizagem nas fases iniciais de construção dos saberes necessários para o exercício da profissão constitui ponto de destaque para alcançar a excelência dos serviços de manutenção da ordem pública e segurança da comunidade em uma visão holística do atuar policial militar. Assim, retomamos a pergunta norteadora do presente estudo, que é: como implementar a transversalidade e a interdisciplinaridade no processo de avaliação do ensino e da aprendizagem na formação policial militar?

A inclusão da avaliação integrada se apresenta como possibilidade de instrumento avaliativo nos cursos de formação policial militar, pois provoca o questionamento dos conceitos, dos conteúdos e das funções docentes, ao tempo em que oportuniza a implementação da interdisciplinaridade e transversalidade de saberes. O desafio na implementação da avaliação integrada nas ações formativas é a compreensão da integralidade dos conhecimentos necessários para o exercício da atividade de policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública, bem como do entendimento que a avaliação é um elemento constitutivo do processo de ensino-aprendizagem que

necessita estar integrado já nos primeiros momentos de construção de saberes.

A proposição da aplicação do componente avaliativo integrado constitui inovação no processo de verificação do desempenho discente. Todavia, existe a necessidade de aprofundamento dos estudos científicos no âmbito da formação profissional e em especial na avaliação do processo ensino-aprendizagem, de modo a abrir espaço para uma agenda de estudos que aborde: a percepção dos atores envolvidos na implementação da avaliação integrada, desde de docentes e discentes, até os gestores de ensino; os reflexos da implementação na atuação dos egressos dos cursos de formação policial militar; a avaliação integrada nas disciplinas prioritariamente práticas; e a integração da avaliação com demais elementos do processo formativo.

Portanto, os principais beneficiados com o estudo realizado são os cidadãos brasileiros que poderão ter policiais militares mais capacitados para enfrentar as dificuldades da atividade cotidiana de segurança pública. Somados a estes, estão os integrantes das corporações policiais militares, que poderão direcionar o planejamento do ensino para a redução das dificuldades apresentadas no processo de ensino-aprendizagem.

Construir a formação do profissional que valoriza os direitos dos cidadãos, respeita os valores da instituição a que pertence e enfrenta à crescente criminalidade vai além das modificações das leis e decretos que regem a educação corporativa, essa mudança necessariamente perpassa pela prática de todos que atuam na área. Assim, torna-se imprescindível a revisão dos parâmetros de formação e reflexão da atuação dos profissionais de segurança pública frente às demandas formativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Franklin Epiphanyo Gomes. A avaliação do processo ensino-aprendizagem na concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação

de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 13, n. 1, 2015.

_____. A avaliação ao processo ensino-aprendizagem na concepção dos professores do curso de formação de oficiais da academia de polícia militar costa verde. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 16, n. 3, 2017.

BALIEIRO, Almir. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2003.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. Gerencialismo, estamentalização e busca por legitimidade: O campo policial militar no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, 2019.

BAUER, G.; AARTS, N.C. A Construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Editora Vozes Limitada, 2017.

BOLSONARO, Luiz Paulo Leite; VILARINHO, Tatiane Ferreira; HAMADA, Hélio Hiroshi. Análise dos currículos dos cursos de formação de oficiais policiais militares do Brasil. **Revista Susp**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 95-111, 2021.

BRASIL. **Constituição Federal. República Federativa do Brasil.** 1988.

_____. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.** Brasília. SENASP/MJ, 2014.

COUTO, Eduardo Henrique Scanoni do; LUNA, Maria José de Matos. A educação em Direitos Humanos como ferramenta transformadora na formação policial militar em Pernambuco. In: FRANÇA, Fábio Gomes de; COELHO, Fernanda Mendes C. A. **Polícia e Segurança Pública: Relatos de Pesquisa.** João Pessoa: Ideia, 2018.

CORDEIRO, Bernadete; GIMENEZ, Rose Mary. As Contribuições da Professora Valdemarina na concepção teórico-metodológica da Matriz Curricular Nacional e a proposta de atualização. **Revista Segurança Justiça e Cidadania.** v. 7, 2014.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa:- Escolhendo entre Cinco Abordagens.** Penso Editora, 2014.

DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar para que o aluno aprenda**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010.

FERREIRA, James Jácio; SOBRINHO, Waldenir Soares Paraense. Educação em direitos humanos na formação policial militar. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 17, n. 1, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MÉNDEZ, Juan Manuela. Á. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Trad: Magda Schwartzaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

MODESTO, Mônica Andrade. BNCC, transversalidade, meio ambiente e ensino de história: elementos para um diálogo entre história e a pedagogia. **Boletim Historiar**, v. 5, n. 03, 2018.

MORGADO, Flavio; BARBOSA, Nelson M.; MOTA, Elisabeth Flávia, R. O da. Criando, Validando e Aplicando Testes de Progresso nos Cursos de Engenharia da UNIFESO. In: **Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia – Cobenge 2012**, Belém, PA: Abenge, 2012.

OLIVEIRA, Thamires Sousa de; FAIMAN, Carla Júlia Segre. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 607-615, jun. 2019.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens-entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PEREIRA, Benôni Cavalcanti; RAMOS, Katia Maria da Cruz. Ensino Policial na Academia Integrada de Defesa Social: Instrução militar e profissionalidade docente em foco. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, p. 340-345, 2017.

RIBEIRO, Joaquim Rodrigues; SANTOS, M. G., de Souza, M. G.; OLIVEIRA, R. B.; MOURÃO, M. D. G. M. A percepção dos professores em relação ao sistema de avaliação normatizado pela academia da polícia militar, com foco na avaliação da aprendizagem. **Roteiro**, v. 39, n. 2, p. 417-436, 2014.

SANTOS, Carlos Alberto. Desafios para a interdisciplinaridade no ensino das ciências da natureza. **Revista Thema**, v. 15, n. 2, p. 363-370, 2018.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Orgs. SILVEIRA, R.M.G., DIAS, A.A., FERREIRA, L.F.G., FEITOSA, M.L.P.A.M. e ZENAIDE, M.N.T. João Pessoa: Ed UFPB, 2007.

WOLLMANN, Vanessa Aparecida; ZAMBON, Luciana Bagolin. Avaliação da aprendizagem no ensino médio: contribuições do ensino médio politécnico. **XIII Congresso Nacional de Educação**, Curitiba, 2017.